

História e educação: as relações de gênero em Pelotas no final do século XIX e início do século XX

*Eliane Teresinha Peres**

Resumo:

Entendendo gênero como elemento constitutivo das relações sociais - a partir da contribuição de Joan Scott - tomo aqui as relações entre homens e mulheres no espaço urbano pelotense no final do século XIX e início do século XX como foco de análise. Com um *corpus* de dados empíricos, obtidos em jornais, almanaques, revistas, relatórios, do período de estudo, analiso as práticas sociais e culturais de homens e mulheres articulado com suas posições de classe e grupo étnico.

Palavras-chave: história - educação - relações de gênero.

Abstract:

Understanding gender as constitutive element of social relationships - from Joan Scott's contribution - I take here men and women relationships in the urban space of Pelotas in the end of the XIX century and beginning of the XX century as focus of analysis. With a corpus of empirical data, got in newspapers, almanacs, magazines, reports, of the period in study, I analyse social and cultural practices of men and women articulated with their class position and ethnic group.

Key-words: history - education - gender relations.

* Professora da Faculdade de Educação
Universidade Federal de Pelotas
Mestre em Educação-UFRGS
Doutoranda em Educação -UFMG

Marido e mulher despediram-se com um beijo em cada face; ele já conferira tudo, desde o engraxamento das rodas até o estado dos arreios. (...) Nunca passou pela cabeça de João Felício ir junto, embora estivesse ardendo de vontade: mas essa questão de gravidez e filhos era assunto feminino, não ficava bem a um homem entrar pela rua central de Pelotas custodiando a mulher.

(...)Mas ele passou a falar-me de minha avó Plácida, (...) uma senhora muito culta para sua época, lia romances e livros de poesia e tinha idéias originais; chegava a encomendar livros às caixas, que vinham de Paris e Buenos Aires, teve uma coleção de quase mil volumes, um portento em qualquer época; lia em francês e inglês, entendia de todas as humanidade e ciências. Uma pena que fosse mulher: tantas leituras acabaram por interferir na psique, transtornando até as noções de moralidade. No homem isso não acontece, os homens podem ilustrar-se, podem possuir biblioteca, mas isso nunca os tirará do juízo (...) (Luiz Antonio de Assis Brasil. Um castelo no pampa. Perversas Famílias, 1994).

Introdução

O objetivo principal deste trabalho é descrever e analisar modos e estilos de vida de homens e mulheres em Pelotas no final do século passado e início deste século, e apreender as representações sobre os gêneros que permeavam a sociedade pelotense naquele período para, então, compreender como se dava a educação masculina e feminina, ou seja, como era o processo de *fazer-se homem e mulher*.

Convém salientar que o conceito de educação adotado neste trabalho não se circunscreve à escolarização. Educação é compreendida, aqui, como práticas sociais e culturais que formam os sujeitos em diferentes situações, instituições e momentos da vida social. Adotar esta compreensão de educação é fundamental em um trabalho que pretende privilegiar a formação de homens e mulheres e as relações estabelecidas entre ambos em um determinado contexto e momento histórico.

Obviamente, as reflexões apresentadas neste trabalho não têm a pretensão de explicar a sociedade como um todo e nem abrange todas as formas de relações, de práticas, de vivências e experiências de homens e mulheres. Aborda apenas alguns aspectos desta relação e da dinâmica de "ser homem" e "ser mulher" em uma sociedade complexa e contraditória como a sociedade pelotense da virada do século.

Vale ressaltar que este trabalho foi realizado a partir de dados coletados em fontes primárias e disponíveis no acervo da Biblioteca Pública Pelotense como jornais, almanaques, revistas e documentos manuscritos. O

material coletado corresponde a um período de quarenta anos, de 1875 a 1915¹.

Pelotas foi, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a cidade mais rica do Rio Grande do Sul. A indústria saladeril², fonte da riqueza de Pelotas, prosperou neste período e fez da cidade o maior centro charqueador do país. A partir desta atividade, sólidas fortunas foram edificadas e a cidade experimentou um acelerado crescimento urbano. Congregou uma elite econômica, política e intelectual que adotava um estilo de vida com forte influência européia. Uma intensa vida social e cultural agitou Pelotas neste período. Ao consolidar-se como o centro industrial e comercial charqueador mais importante de toda a Província, Pelotas conquistou também, em função de sua riqueza, uma vida social e cultural intensa. O modelo de vida, os costumes, os hábitos e os comportamentos, o lazer, as artes, as atividades intelectuais de um modo geral, foram imitados principalmente do município da Corte (Rio de Janeiro) e dos países da Europa. Modelo de desenvolvimento, de modernidade, de civilização, de nobreza, principalmente a França servia de parâmetro para a organização da vida familiar e social da elite pelotense. Isto era claramente perceptível na arquitetura dos prédios públicos e particulares, nos móveis e na decoração das casas, no vestuário, nas leituras, nas idéias que penetravam amplamente em alguns segmentos da sociedade pelotense. O comércio urbano tornou-se igualmente uma atividade bastante intensa nesse período. Estabelecimentos como confeitarias, cafés, lojas, hotéis, lojas de roupas femininas e masculinas, eram em grande número em Pelotas, fazendo da cidade um centro comercial importante.

Se, por um lado, porém, Pelotas caracterizou-se por congregar uma elite que solidificou fortuna e fama para a cidade com a atividade saladeril, fazendo dela uma potência econômica e conseqüentemente política e cultural, por outro tornou-se também um pólo escravista. Segundo Ester Gutierrez (1993:230) "o espaço da produção charqueadora pelotense foi um dos locais de consolidação do sistema escravista do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que foi um lugar onde verificou-se a exploração violenta do

¹O período de 1875 e 1915 foi delimitado em função de uma pesquisa sobre os cursos noturnos da Biblioteca Pública Pelotense que desenvolvi e apresentei, como requisito para obtenção do título de mestre, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob a orientação da Prof. Dra. Guacira Lopes Louro cujo título é: *"Templo de Luz": os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915)*.

²Indústria saladeril era o nome que se dava para a produção da carne salgada (charque). A expressão saladeril deriva do termo "saladero", utilizado nos países de língua espanhola para indicar o local ou a pessoa que produzia carne salgada.

trabalho cativo". Além de serem os responsáveis por grande parte do funcionamento da charqueada, desde a compra do gado até o transporte da carne salgada ao porto de Rio Grande, os escravos também desenvolviam outras atividades domésticas e fabris necessárias à manutenção da vida rural e urbana dos charqueadores.

Com o desenvolvimento urbano, uma série de novos serviços tornaram-se necessários na cidade e, para esse espaço, foram deslocados grandes contingentes de escravos. Também os negros livres e libertos, os trabalhadores nacionais, os imigrantes pobres colocaram seus serviços à disposição dessa sociedade que se complexificava e necessitava, mais e mais, de braços para a produção de serviços e de bens de consumo.

Assim, é possível caracterizar Pelotas como um espaço contraditório em que conviviam homens e mulheres das elites, trabalhadores/as livres, desempregados/as, negros/as livres e libertos/as, escravos/as, posteriormente ex-escravos e ex-escravas, uma emergente classe média composta de indivíduos dos serviços públicos e privados, intelectuais com status bastante elevado. É preciso, portanto, considerar que o cotidiano da vida pelotense era permeado por um constante tensionamento entre as diversas classes sociais, os grupos étnicos, os gêneros, as formas e estilos de vida destes atores sociais. A heterogeneidade da população da cidade de Pelotas compunha uma sociedade extremamente complexa e permeada por conflitos. Este trabalho é uma tentativa de caracterizar esta sociedade, privilegiando as práticas sociais - educativas - que formavam os sujeitos masculinos e femininos neste contexto.

As relações de gênero no espaço urbano pelotense

Identificar e explicitar valores, normas, comportamentos, aprendizagens e experiências consideradas próprias de homens e próprias de mulheres em uma determinada sociedade é fundamental para perceber a dinâmica desta mesma sociedade. Se gênero é, como afirma Joan Scott (1990), "elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças entre os sexos", e mais, "uma dimensão da desigualdade social", como argumenta Teresita de Barbieri (1991), então analisar o funcionamento de uma sociedade negligenciando as relações de gênero é fazer uma análise incompleta.

A historiografia, de um modo geral, até bem pouco tempo, menosprezou as relações de gênero no campo da pesquisa. Muito embora as recentes pesquisas com base nas teorias feministas denunciem largamente a exclusão das mulheres da História, é preciso perceber que, na realidade, o que

se fez até então foi uma história assexuada. Michelle Perrot (1988), ao analisar o processo de exclusão a que as mulheres foram submetidas, argumenta que a história é escrita no masculino. Diz a autora que, "econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou 'mental', ela fala do Homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade" (p. 185). A questão que se coloca é, justamente, quanto as generalizações e as conceituações extremamente vagas com que a História tem trabalhado. A pluralidade, a diversidade e a diferença dos atores sociais apenas recentemente têm sido objeto de maior atenção e cuidado da teoria e da pesquisa histórica.

Discutindo a História da Educação sob a perspectiva de gênero, Guacira Lopes Louro (1992) afirma que a "História que usualmente se produz é pretensamente neutra (...) lida-se de fato com atores sem corpo, sem cor, sem gênero" (p.62). Portanto, é preciso considerar homens e mulheres como sujeitos concretos e históricos, situados em determinados espaços e tempos, e as relações entre ambos - também determinadas social e culturalmente - como objeto e campo de análise e como reveladoras da dinâmica, da organização e do funcionamento das sociedades. O que homens e mulheres são é resultado da história e do mundo social em que estão inseridos. Assim sendo, a construção do masculino e do feminino é "produto da ação humana em sociedades históricas e concretas" (Michelle Rosaldo, 1995:11). Sendo produto da ação humana e constitutiva das relações sociais, é mister que a História se proponha, mais e mais, a revelar como viveram/vivem homens e mulheres em contextos específicos. É neste sentido que o conceito de gênero se impõe com um potencial analítico fundamental para compreender aspectos da sociedade pelotense na virada do século.

Os estudos de gênero se propõem a analisar a condição masculina e feminina, e a relação que se estabelece entre eles. Louro (1994a), em um trabalho sobre as normalistas porto-alegrenses do final do século XIX, argumentou que "ao tratarmos das mulheres (...) estaremos, necessariamente, também tratando dos homens (de modo explícito ou implícito), pois eles são de muitos modos uma referência, eles estão relacionados (e se relacionando) com essas mulheres" (p.100). O inverso também é verdadeiro. Ao tratarmos dos homens, a vida das mulheres e o pensamento sobre as mulheres se coloca como referência e possibilidade de compreensão do universo masculino. Nas fontes utilizadas para este trabalho - jornais, almanaques, revistas e documentos manuscritos -, os valores, as normas e os comportamentos masculinos são raramente explicitados, muito embora a maioria deste material tenha sido produzido por homens e tenha, portanto, todo ele, uma visão masculina. O mais comum é encontrarmos conselhos, recomendações, ditos,

provérbios, poesias, sobre a condição feminina, que se propunham a "ensinar" como as mulheres deveriam ser ou como deveriam agir diante do seu papel de mães e esposas. É relevante o fato de que até as notícias endereçadas às mulheres fossem, na maioria das vezes, escritas por homens.

O não tratamento de forma direta das questões masculinas, o não explicitamento do quê e como era "ser homem", já é um indício da hegemonia masculina. O papel dos homens não estava sujeito a debates, já que eles eram a *regra*, a *norma*, os *ordenadores do mundo social*. Havia uma espécie de consenso quanto às atribuições masculinas, sendo que uma delas era justamente estabelecer normas de conduta para as mulheres. Talvez isso explique a raridade desse tipo de notícia, nas fontes aqui utilizadas, com relação aos homens, sendo freqüentes com relação às mulheres. Homens não escreviam claramente recomendações para os seus iguais. O que era "ser homem", e o seu papel na sociedade, estava dito, subentendido, na própria forma de escrever, de noticiar, e mais, na própria forma de organizar os espaços sociais e as instituições, o que revela que "gênero é, de fato, um aspecto geral da organização social" (Scott, 1994:20).

Por isso, para conhecer a realidade do mundo masculino, em Pelotas no século passado, foi necessário estar atenta a todas as manifestações na imprensa - notícias policiais, da política, do mundo do trabalho, da organização de entidades assistenciais, de classe, religiosas, culturais, que revelaram a hierarquia sexual da sociedade pelotense, com o domínio quase que absoluto dos homens. Pelotas caracterizava-se, portanto, por ser uma sociedade extremamente sexista. Rosaldo (op. cit.) afirma que "as formas culturais e sociais humanas sempre têm sido subjugadas pela dominação masculina" (p. 16). A autora aponta para

"uma coleção de fatos relacionados que parecem argumentar que, em todos os grupos humanos conhecidos - a respeito das prerrogativas que a mulher pode gozar - a vasta maioria de oportunidades para o prestígio e influência pública, a capacidade para forjar relações, determinar inimizades, falar em público, usar ou renunciar ao uso da força, são todas reconhecidas como um privilégio e direito masculino" (p.16).

Embora a autora esteja fazendo uma abordagem antropológica e referindo-se mais especialmente às sociedades contemporâneas, suas reflexões acerca da dominação masculina são pertinentes para pensar também a sociedade pelotense da virada do século. A hegemonia masculina estava fortemente presente na organização social, quer pela ocupação dos espaços públicos, quer pela organização da vida cultural, religiosa e política. O

domínio dos homens transparece inclusive na linguagem. O momento da criação da Biblioteca Pública Pelotense (BPP), uma das instituições culturais de maior projeção na cidade e na Província, no século passado, é um exemplo revelador da realidade sexista da sociedade pelotense, expressada através da linguagem em situações como estas: *Pelotas agora quer possuir uma Biblioteca Pública e os homens amantes do progresso reúnem-se e criam esse instituto* (C.M. 01/12/1875); *é necessário escolher homens influentes, trabalhadores e prestativos para confiar-lhes a sorte e o futuro daquele estabelecimento* (C.M. 12/03/1876); *apelamos para a generosidade daqueles cavalheiros amigos da instrução* (C.M. 27/01/1876) (Grifos meus). Outras manifestações como *homens competentes, homens mais notáveis, respeitáveis cavalheiros*, eram comumente empregadas pelos jornais locais para referirem-se às iniciativas culturais, assistenciais e políticas das quais Pelotas foi palco.

Logo, foi possível apreender o mundo masculino pelotense de duas formas: pelo discurso da sociedade da época, que se caracteriza por ser um discurso masculino - portanto pela própria lógica das notícias e matérias dos periódicos; e pela interpretação do "avesso" das notícias para e sobre as mulheres. Assim, mais do que analisar a vida dos homens e das mulheres isoladamente, o objetivo foi compreender as relações entre os gêneros que se estabeleceram naquele período.

Gênero é uma construção social e cultural, o que significa que ser homem e ser mulher é um processo aprendido e construído no cotidiano e no interior das relações e das instituições sociais. Este processo de aprendizagem do masculino e do feminino se processa de forma variável em diferentes tempos e diferentes sociedades, o que demonstra o caráter mutável da condição de gênero. Tem sido diferente ser homem e ser mulher no passado e na atualidade, e é diferente ser mulher ou homem em sociedades ocidentais e orientais, por exemplo. O que denota, também, que a construção dos gêneros é produto da ação humana e de relações sociais específicas.

Em Scott (1990), o conceito de gênero é apresentado nos seguintes termos: "gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder" (p.14). Estas duas dimensões do conceito de gênero de Scott supõem que a construção do masculino e do feminino não está inscrita apenas nas identidades individuais, mas na própria ordem social. A questão principal é, como enfatizou Elizabeth de Souza Lobo (1991), a de que as relações de gênero "implicam não apenas diferenças, assimetrias, mas hierarquias, e que são relações de poder que fazem parte dos mecanismos de constituição dos poderes nas sociedades" (p.188).

O processo de construção masculina e feminina se dá através de "práticas masculinizantes ou feminizantes" (Louro, 1993:7), e atinge também a dimensão corporal. O corpo expressa e revela as práticas sociais e culturais a que estão submetidos homens e mulheres. Não se nasce homem ou mulher, nasce-se macho ou fêmea; faz-se homem e mulher nas relações sociais, no processo educativo. Como enfatiza Louro (1992:57) "fazer-se mulher, ou fazer-se homem refere-se a um processo e não a um dado resolvido no momento do nascimento". Myrêia Suárez (1993:17) argumenta que "sexo não determina o gênero, mas o gênero é o sexo posteriormente pensado e dotado de significados". Esta lógica rompe definitivamente com os preceitos das características naturais. Verena Stolcke (1991:103) reforça a idéia de que "o conceito analítico de gênero se destina a desafiar a máxima essencialista e universalista de que a biologia é o destino".

O conceito de gênero procura romper com a lógica de que as diferenças sexuais biológicas determinam comportamentos, sentimentos e capacidades. O conceito de gênero - entendido como construção social - diferenciado de sexo - compreendido como diferença biológica -, tem sido fundamental para compreender que são possíveis outras formas de relação entre homens e mulheres que não esta baseada na hierarquização, na assimetria sexual. Explicitar e demonstrar esta possibilidade é, antes de tudo, desmistificar a lógica de que a organização social dos gêneros é universal, natural e trans-histórica.

Suárez (op. cit.) diferencia sexo de gênero, quando diz que "o sexo é uma realidade biológica situada no campo da natureza, e gênero é uma realidade histórica situada no campo da cultura, o sexo é dado enquanto o gênero é construído historicamente" (p.15). Stolcke (op. cit.) segue a mesma linha de pensamento. Para ela sexo é um fato natural baseado nas diferenças sexuais biológicas entre machos e fêmeas. Gênero, para a mesma autora, transcende o reducionismo biológico, "interpretando as relações entre homens e mulheres como formulações culturais resultantes da imposição de significados sociais, culturais e psicológicos sobre identidades sexuais" (p.104).

No século XIX o discurso naturalista e essencialista era corrente. Perrot (op. cit.) evidencia isto ao abordar as diferenças determinadas aos sexos:

"o velho discurso retoma no século XIX um novo vigor, apoiando-se nas descobertas da medicina e da biologia. É um discurso naturalista, que insiste na existência de duas 'espécies' com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o

falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos" (p.177).

Perrot prossegue em sua análise afirmando que o século XIX acentuou a racionalidade harmoniosa da divisão sexual, onde homens e mulheres tinham predeterminados, até em detalhes, suas funções, seus papéis, suas tarefas, seus espaços de atuação. Embora a autora esteja se referindo à realidade da França em seu estudo sobre as mulheres, é possível apreender este mesmo discurso e este *imaginário sexista* (Rosaldo, op.cit.:25) também na sociedade pelotense do século passado e das primeiras décadas deste século: as mulheres como seres sensíveis, dóceis, pacientes, regradas, submissas e os homens como "naturalmente" dotados de força física, de poder de decisão, de capacidades administrativas, coragem, astúcia, independência e com maior necessidade de prazer sexual. Isto se processou em primeiro lugar porque Pelotas, neste período, foi fortemente influenciada pelas idéias vindas da Europa em especial da França, considerada pela elite pelotense o mais "civilizado" dos países; em segundo, porque esta foi a visão difundida pela ciência, pela religião, pelos teóricos sociais do mundo todo.

Rosaldo (op.cit.) analisa como os teóricos sociais, na virada do século, reforçaram a divisão sexual da sociedade e difundiram um imaginário sexista. Autores como Spencer, Durkheim, Georg Simmel e Engels³ tendiam a "assumir que o lugar da mulher era em casa" (p.23). A associação da mulher ao mundo doméstico e do homem à esfera do espaço público não foi, segundo a autora, questionado pelos teóricos sociais; ao contrário, estes foram considerados "papéis naturais", próprios a serem desempenhados por cada um dos gêneros. Rosaldo (op.cit.) afirma que embora alguns teóricos "apoiassem o aumento do papel das mulheres na vida 'social', eles ainda pensavam que mulheres estavam e iam permanecer distinguíveis dos homens" (p.25). A autora argumenta que, para os teóricos da era vitoriana, as mulheres estavam destinadas a deixar sua marca e presença nas "artes mais femininas" e não na esfera masculina, como a política, por exemplo. Assim a era vitoriana, segundo ela, colocou homens e mulheres em termos dicotômicos e contrastivos.

Entendo que, de certa forma, neste período, o discurso sexista colocou homens e mulheres como indivíduos complementares: a esfera doméstica

³ Sobre a posição de Engels, Rosaldo afirma que: "O socialista Friedrich Engels nunca argumentou que a mulher deveria, por natureza, ficar dentro de casa, mas ele - assim como Spencer - tendeu a assumir que mulheres nunca estiveram engajadas em ações públicas ou em trabalho socialmente produtivo e, paralelamente, que mulheres em todo lugar tinham se preocupado principalmente com as atividades ditadas por um papel maternal" (op. cit: 24).

feminina a serviço de uma sociedade masculina progressiva. Era a ordem "natural" da vida social. Os homens e as mulheres possuíam, sob esta lógica, características diferentes: às mulheres - passivas, recatadas, dóceis, sensíveis, emotivas, frágeis - era reservado o espaço doméstico; aos homens - inteligentes, fortes, astutos, invulneráveis, racionais - as atividades políticas, administrativas, enfim, as atividades públicas. O caráter complementar, portanto, da relação homem-mulher estava expresso na própria divisão das esferas: pública/masculina; doméstica/feminina. Entendia-se, naquele momento, que uma sociedade funcionava bem se esta lógica não fosse rompida.

Maria Lúcia Rocha-Coutinho (1994) analisou aspectos da vida da mulher brasileira desde a colonização e igualmente evidenciou a divisão público-masculino/doméstico-feminino, considerada natural na época. Esta lógica era, segundo Rocha-Coutinho, amplamente reforçada pelas teorias científicas, especialmente na segunda metade do século XIX, no Brasil. As Faculdades de Medicinas foram as principais divulgadoras desta divisão sexual 'natural'. Rocha-Coutinho traz o exemplo de uma tese defendida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para ilustrar o quanto as teorias científicas reforçavam papéis sexuais masculinos e femininos: os estudos da frenologia em voga no Brasil argumentavam que as mulheres tinham a cabeça mais volumosa na parte posterior e a frente mais estreita, e que as partes posteriores do cérebro determinavam as faculdades afetivas e as anteriores as faculdades intelectuais; a partir daí um médico defendeu, em 1845, que nas mulheres predominavam as "faculdades afetivas" e nos homens havia o predomínio das "faculdades intelectuais". Isto fazia dos homens indivíduos dotados de maior racionalidade, inteligência, altivez, capacidade e, assim, a submissão feminina e o domínio masculino eram legítimos porque naturais.

Assim é que percebemos o quanto os discursos médicos, religiosos, jurídicos, constituíram/constituem formas de "ser homem" e de "ser mulher". Este é um dos espaços onde se inscrevem os conceitos normativos que organizam as relações de gênero. Segundo Scott (1990), gênero implica quatro elementos: primeiro, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas; segundo, os conceitos normativos que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos; terceiro, as instituições e a organização social; por último, as identidades subjetivas, ou seja, as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas pelos sujeitos concretos. É possível perceber estes elementos articulados como constituidores dos gêneros no espaço pelotense no século passado: primeiro, na própria organização social e nas instituições, onde havia uma supremacia masculina; depois, nas imagens simbólicas de mulher,

sempre relacionadas com santas (especialmente a Virgem Maria), com flores, etc., freqüentemente evocados na produção jornalística, literária, científica, e educacional.

Perrot (op. cit.), para demonstrar o discurso das diferenças sexuais presente na sociedade francesa do século XIX, exemplifica com a declaração de um operário: "ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos" (p.178). Em Pelotas, no século passado, é possível dizer que: aos homens das camadas populares "a madeira e os metais", ou seja, todo e qualquer trabalho manual. Aos homens da elite, a política, as atividades intelectuais e as profissões liberais. Às mulheres "a família e os tecidos". Porém, para as mulheres da elite uma vida familiar, doméstica, mais "sofisticada": envolta pela música, pela leitura, pelas artes de um modo geral. Para as mulheres dos segmentos populares, além da família, o trabalho - especialmente o doméstico -, que não só era aceito mas tido como necessário e valorizado como forma de combater o ócio e o "perigo" da prostituição; contudo, sempre em "atividades femininas": costureira, engomadeira, lavadeira, cozinheira, parteira, criada, copeira, modista, professora. É perceptível, portanto, que também as divisões de classe estavam muito bem delimitadas na sociedade pelotense. Os espaços de lazer, de instrução, de trabalho, eram ordenados com base na posição de classe, de gênero e de grupo étnico dos indivíduos.

Louro (1992), referindo-se ao século XIX, demonstra a construção diferenciada para homens e mulheres, que também se distinguia em função das classes sociais. Diz a autora:

"Atividades intelectuais e de gerência para os da elite, serviços manuais para as classes populares, trabalhos próprios para mulheres e próprios para homens, corpos bronzeados e musculosos para os trabalhadores, peles brancas e lissas para a elite, "vocações" masculinas e femininas, um ócio admitido e adequado para as mulheres da elite, e um ócio negativo, a ser combatido nas classes populares, enfim diferentes atividades segundo os diferentes grupos sociais" (p.64/65).

A partir disto é possível destacar que o conceito de gênero aqui adotado supõe pluralidade. Não é uma visão essencialista ou universalista baseada na concepção de que é possível conhecer a mulher pelotense ou o homem pelotense da virada do século. É preciso considerar que a diversidade social e a complexidade das relações impedem a homogeneização dos gêneros. O grupo étnico, a religião, a idade, a classe social, são diferenças constitutivas do processo de construção dos gêneros. Se havia condutas, comportamentos e espaços sociais considerados femininos e outros

considerados masculinos, não significa que havia *uma única* forma de ser homem e de ser mulher. Obviamente ser mulher da elite ou das camadas populares, branca ou negra, ou ser homem dos grupos dominantes ou populares, negro ou branco, em Pelotas na virada do século, supunha estilos, oportunidades e condições de vida diferenciados. O fundamental é, como salientou Louro (1994b), colocar em questão as diferenças no interior de cada polo (homem/mulher), percebendo e problematizando as distinções/diversidades que existem entre os homens e entre as mulheres. Scott (1992) argumenta que o conceito de gênero permitiu que estas diferenças viessem a tona. Diz a autora que "a categoria de gênero, usada primeiro para analisar as diferenças entre os sexos, foi estendida à questão das diferenças dentro da diferença" (p. 87).

O mundo do trabalho, no século XIX, era revelador das condições de vida e dos espaços de atuação femininos e masculinos, pois uma acentuada divisão sexual - reforçada pela condição de classe e de grupo étnico - recaía sobre essa esfera. Se restritas atividades eram aceitas como possíveis de serem exercidas pelas mulheres em Pelotas no final do século passado e nas primeiras décadas deste século, aos homens estavam reservadas maiores oportunidades. O mercado de trabalho masculino era bem mais amplo. Para os homens das camadas populares apareciam com frequência ofertas de trabalhos em funções onde a presença feminina era impensável. Os anúncios de jornais revelam pedidos frequentes de ferreiros, carpinteiros, tamanqueiros, serralheiros, barbeiros, marceneiros, porteiros, jardineiros, pedreiros, aprendizes de tipógrafo. Mas a oferta de serviço que aparecia em maior quantidade para os homens era na função de "caixeiro"⁴. Em nenhum dos anúncios analisados foi solicitado uma moça para a atividade de caixeiro. Esse era um universo masculino, que talvez se explique pela necessidade que tal função impunha de contato com o público, de estar "exposto", de maior desembaraço, rapidez e raciocínio, características atribuídas aos homens. Proliferavam anúncios como os seguintes:

Precisa-se de um moço com prática de secos e molhados no Armazém Central de Machado Abreu (Correio Mercantil, 19/12/1894).

Precisa-se um menino de 14 a 16 anos, com prática de secos e molhados. Conduta afiançada e de um cortador de carne que possa prestar contas direitas (Opinião Pública 28/11/1898).

⁴ Indivíduo que era empregado em estabelecimentos comerciais. A figura do caixeiro viajante era também comum na época.

É certo que as atividades exercidas pelo homem - como pela mulher - dependiam da sua situação econômica e do grupo étnico a que pertenciam. No entanto, entre os homens da elite e dos setores médios, ao contrário das mulheres dos mesmos grupos sociais, eram estimulados a seguir carreiras como profissionais liberais. Era sinal de status mandar um filho estudar em São Paulo, Rio de Janeiro ou na Bahia, principalmente nos cursos de Medicina e Direito. Os jornais pelotenses registravam elogiosas matérias sobre os rapazes que se destacavam nos exames para ingresso nestes cursos, nos exames finais, na conclusão dos cursos e até as viagens de férias dos "acadêmicos" eram motivo de notícia na imprensa. Tudo isto porque ter um filho "doutor" era a aspiração máxima das famílias. Além do que estas profissões garantiam sucesso e prestígio social, o que poderia representar também uma oportunidade de fazer carreira política.

As atividades manuais, é certo, foram sempre exercidas pelos homens das classes populares, que em quantidade significativa eram analfabetos ou semi-alfabetizados, pois era a clientela que, em maior número, procurava os cursos noturnos de instrução primária existentes na cidade neste período.

É possível argumentar que, independente do gênero, havia um projeto comum para os grupos populares, qual seja: disciplinar homens e mulheres, através do trabalho e da vida cotidiana, para enquadrá-los num projeto de sociedade e de cultura. Uma notícia encontrada no jornal *Correio Mercantil*, em 21/03/1890, exemplifica esta realidade:

Inaugurou-se nesta cidade um sistema de limpeza de ruas que se recomenda tanto pela novidade como pelas vantagens que oferece à população e a higiene pública.

A idéia pertence ao Sr. Thomaz José de Campos, subdelegado de polícia do 2º distrito. O fim é moralizar a vagabundagem, obrigá-la ao trabalho.

Neste louvável intuito, homens e mulheres sem ocupação que por aí andavam nas bodegas e cortiços receberam convite para agarrar uma vassoura e limpar as ruas e sarjetas.

Ontem começou a faxina.

De manhã as mulheres varreram as calçadas. De tarde os homens varreram as ruas e limpam as sarjetas.

Moral e útil. Curioso também. A população aplaudiu a providência e felicitou a autoridade.

Oxalá os desocupados se compenbrem de seus deveres perante si e a sociedade.

Por outro lado, nota-se que, independente da classe social, havia modelos de "ser mulher" e de "ser homem". Neste sentido, em alguns

momentos é possível perceber que o gênero se sobrepunha à relações de classe e de grupo étnico. Não quero afirmar com isto que ser mulher pobre ou da elite ou ser homem pobre ou da elite não supusesse diferenças. Quero apenas argumentar que, em algumas situações da vida, havia normas sociais, condutas, comportamentos, códigos, próprios para homens ou para mulheres. Rosa Maria Barboza de Araújo (1993), referindo-se à realidade da cidade do Rio de Janeiro na Primeira República, afirma que:

"Não há evidências que nos demonstrem que o homem pobre tivesse, neste período, um conjunto de valores e normas distintas dos setores dominantes na sociedade, compondo um universo cultural masculino autônomo. (...)ele compartilha dos valores da supremacia do poder masculino vigentes no período" (p.50).

Na sociedade pelotense do final do século passado e início deste século, a supremacia masculina é perceptível na vida política, social, cultural e familiar da cidade. Ao homem cabia a participação nas atividades políticas - universo exclusivamente masculino - e nas demais atividades públicas. Os jornais pelotenses publicavam, quase que diariamente, nomes dos integrantes das diretorias de associações de classe, recreativas, culturais, assistenciais, sindicais, que são um indicador do domínio masculino na esfera pública. Somente homens ocupavam cargos de diretoria. Não significa que as mulheres não participassem -os dados que possuo não me permitem afirmar isto-, mas é certo que não administravam e nem ocupavam posição de comando nas entidades. Isto é válido, inclusive, para as associações populares, como entidades carnavalescas e de categorias profissionais específicas. Margareth Rago (1987) afirma que embora a classe operária, no começo do século, fosse constituída em grande parte de mulheres e crianças, o movimento operário era liderado pelos homens. A autora diz que a participação das mulheres foi obstaculizada nas entidades de classe, nos sindicatos e no próprio espaço da produção, "demandando seu retorno ao campo que o poder masculino lhe circunscreveu: o espaço da atividade doméstica e o exercício da função sagrada da maternidade" (p.64). Com isso, o movimento operário reproduziu o ideal burguês de mulher, ou seja, participou na definição do lugar da mulher na sociedade. Ainda segundo a autora, o controle do movimento dos trabalhadores pelo sexo masculino dava-se em função de que os homens tinham "maior liberdade de circulação, maior acesso à informação e maior organização entre si" (p.64).

A ocupação profissional masculina era amplamente valorizada, tanto para os setores populares que deveriam, pelo trabalho, afastar-se do ócio e de uma vida "desregrada", quanto para os homens da elite que, através da

profissão, preferencialmente em atividades intelectuais, deveriam encontrar projeção e status. Ao homem cabia a responsabilidade maior de zelar pelo sustento da família, aumentando, com isso, a importância e o valor do trabalho masculino.

Em relação à vida afetiva e sexual, pode-se perceber que havia um padrão de dupla moralidade. A vida sexual do homem deveria ser ativa e precoce, como prova de virilidade e masculinidade. Às mulheres, ao contrário, a exigência era a castidade e a preservação da virgindade até o casamento. A infidelidade masculina era tolerada e até justificada. Ao homem era aceitável a situação de manter duas famílias. Para os higienistas, em especial, "o homem era menos propenso ao amor romântico do que as mulheres. Sua verdadeira inclinação era para o prazer sexual" (Araújo, op. cit.: 56). Assim, a atividade sexual do homem fora do casamento ou o convívio com duas famílias era aceito socialmente.

O Correio Mercantil de 25/02/1880 publicou uma "oraçãozinha" para as moças solteiras, considerada pelo periódico uma "verdadeira panacéia para a felicidade conjugal". De aparência ingênua e inofensiva, a "oraçãozinha" - como é chamada pelo jornal - guarda explicitamente uma forma de comportamento da época:

Meu Deus, fazei com que em breve me case!
 E se casar, fazei com que não seja enganada!
 E se for enganada, fazei com que nunca o saiba!
 E, se vier a saber, fazei com que não me incomode com isso!

É possível fazer uma leitura do comportamento masculino à partir destas palavras destinadas às mulheres. Elas tinham necessidade de "orar" para não serem enganadas, mas se o fossem, o comportamento esperado e ideal era não se importar, não se "incomodar", ou seja, aceitar como próprio da "natureza" masculina o comportamento infiel. O melhor mesmo, era nunca saber! A tradição oral tem revelado que era relativamente comum, em Pelotas no século passado, que alguns "homens de posses" mantivessem duas famílias: a família "oficial", que habitava as mansões e freqüentava a "boa sociedade", com a mulher recatada, caridosa e religiosa, mãe dos filhos e herdeira do patrimônio; e a outra, com a mulher do "prazer", do convívio amoroso, onde a relação afetiva e sexual era muito menos regrada e normatizada.

No que se refere às atividades culturais ou assistenciais os homens também dominavam. As mulheres apareciam como coadjuvantes, assistentes. O "belo sexo" era solicitado para atividades consideradas femininas. Nas tarefas de organização, direção e administração os homens eram os

responsáveis. O Correio Mercantil registrava, em 1892, a criação de duas sociedades bailantes de iniciativa das mulheres, o Sarau das Violetas e o Sarau das Pérolas⁵. Num primeiro momento isto pode parecer uma ousadia, um avanço até, já que todas as agremiações do período registradas nos jornais, quer de caráter cultural, religioso ou de classe, eram compostas somente de homens nas suas diretorias. O curioso é que o Sarau das Violetas e o das Pérolas elegeram para cada cargo da diretoria uma mulher acompanhada de um homem, e para os cargos de Conselheiros e da Comissão de Contas foram eleitos apenas homens. Um exemplo de que toda iniciativa feminina deveria ser acompanhada da "proteção" masculina. A Tribuna Literária publicou, em 08/01/1882, uma matéria sobre a educação feminina na qual seu autor - Francisco de Paula Pires, professor e jornalista - defendia a instrução para as mulheres, já que a elas cabia *a árdua tarefa de preparar cidadãos para exibirem-se no grande teatro do século XX*. O interessante nesta matéria é que Paula Pires foi explícito quanto ao papel dos homens sobre os destinos femininos, dizendo que *o sexo frágil está a merecer toda a nossa atenção; a atenção do homem, do homem instruído e altruísta, que vê na mulher um ente pensante, e, por conseguinte, evolucionista*.

Sobre as atividades profissionais das mulheres, Araújo (op.cit.), ao abordar o processo de socialização da mulher no Rio de Janeiro nos primeiros anos da República, demonstra que havia alguns setores de emprego caracteristicamente femininos: "o serviço doméstico, que não requer qualificação mas que exigiria a presença de traços [considerados próprios] da personalidade feminina, como atenção às minúcias, cuidado na cozinha ou trato de crianças" (p.75). O trabalho doméstico, obviamente, era uma atividade das mulheres das camadas populares que, muitas vezes, conciliavam o trabalho fora de casa com o da sua própria casa. Em Pelotas, ao que tudo indica, muitas mulheres que desempenhavam os serviços domésticos eram negras. É o que se depreende dos anúncios nos jornais locais que, ao solicitar mulheres para os serviços domésticos, manifestavam a "preferência" do empregador/a, com as seguintes e recorrentes palavras: "prefere-se branca" ou então, "pode ser branca ou de cor". Isto nos leva a concluir que as "mulheres de cor" eram, muitas vezes, duplamente excluídas e discriminadas: por serem mulheres, já que o mercado de trabalho era extremamente restrito para o gênero feminino, e por serem negras.

⁵Chamo atenção para os nomes das sociedades bailantes pela sua relação com o "universo feminino": *Sarau das Pérolas e das Violetas*. Vale aqui, também, uma consideração sobre a expressão *belo sexo* anteriormente referida. Era uma expressão usada correntemente nos periódicos, e revela a visão que os homens tinham das mulheres; eles jamais as denominaram de *sexo inteligente* ou *sexo forte*, por exemplo.

Outros setores, segundo Araújo, eram considerados "vocação feminina": a economia da moda e da est tica e o magistério, que exigiam alguma qualifica o e também se enquadravam nas idéias e estereótipos estabelecidos para a imagem feminina e seu papel social. Isto significa que atribuía-se a cada gênero atividades "compatíveis com suas características naturais".   mulher era importante que não transcendesse os limites do que era entendido como universo feminino.

Os anúncios dos jornais de Pelotas revelam uma realidade semelhante a analisada por Rosa Maria B. Araújo, na cidade do Rio de Janeiro no período da Primeira República. Embora o magistério e alguns serviços domésticos não fossem atividades exclusivamente femininas - o que revela que os homens podiam desempenhar, em alguns casos, as mesma tarefas que as mulheres, enquanto elas não podiam trabalhar em "atividades de homens"⁶- o número de mulheres nestas fun oes era significativamente maior. Os anúncios veiculados na imprensa pelotense, em sua maioria, consistiam de pedidos ou ofertas como:

A rua 15 de Novembro n  222 precisa-se de uma criada para cuidar de criança (Correio Mercantil, 16/12/1902).

Ana Dulce do Nascimento precisa de costureira habilitada, quem não estiver nestas condi oes escusa-se apresentar. Rua Félix da Cunha n  19 (Correio Mercantil, 05/11/1891).

Madame F. Santos. Professora habilitada e a pouco chegada da Europa, oferece-se para lecionar em casa de família. Pode ser procurada, provisoriamente na Pensão Glinder,   rua Andrade Neves, n  151 (Correio Mercantil, 21/08/1897).

O mundo da moda movimentava uma boa parcela da popula o feminina pelotense durante o período. É o que transparece em anúncios como o que segue:

Modista Parisiense. Mme. Blanche faz saber a Exmas. famílias desta cidade que abriu uma casa de modas   rua Félix da Cunha n  240, onde executa toda a classe de trabalhos para senhoras sob a mais rigorosa regra da elegância parisiense (Correio Mercantil 16/07/1897).

⁶ Rago (op.cit.:65) constata esta realidade, no início do século, em rela o   indústria têxtil. Diz a autora que, "enquanto eles [os homens] estavam presentes em quase todas as atividades ocupadas pela mulheres, como a costura de sacos ou nas ma aroqueiras, vários trabalhos eram interditados a elas, principalmente os cargos de chefia" (Grifo meu).

O mundo da estética, da moda, da costura, foi amplamente difundido e valorizado com um novo ideal de beleza e feminilidade transferido das mulheres do Município da Corte (Rio de Janeiro) e da Europa. Neste período muitas "modistas" vindas de países europeus, especialmente da França, estabeleceram comércio em Pelotas e prosperaram⁷. Uma cidade de tamanha riqueza e de uma intensa vida social exigia das mulheres da elite que acompanhassem as "tendências modernas" de beleza e vestuário.

Obviamente os poucos exemplos aqui trazidos não se referem - especialmente o magistério e a economia da moda - somente às atividades das camadas populares, considerando que as funções exercidas pelas mulheres dependiam da sua condição social. Mas revelam que havia um "universo feminino" onde às mulheres era permitido circular, quer como prestadoras de serviço, quer como consumidoras. Dito de outra forma, isto significa que as mulheres, ao ingressarem no mercado de trabalho, não poderiam transpor os limites do que era aceitável como "coisa de mulher".

Com relação à instrução, a lógica era a mesma. Instruir, mas nem tanto! A idéia corrente era a de que as mulheres deveriam ser "mais educadas do que instruídas" (Louro, 1992:65). Cabia-lhes conhecer as normas e padrões morais fundamentais para a educação da prole, associando a isto um *pouco* de conhecimento e informação. É o que pode ser depreendido da "tese" defendida na Sociedade Literária Irís Brasileiro que funcionava, em 1877, junto à BPP. A tese intitulada *Qual a missão da mulher?* foi reproduzida pelo jornal Progresso Literário:

Convenho que se a deve ilustrar [à mulher], mas essa ilustração não é mister completar pela obtenção de uma carta doutoral; será suficiente o conhecimento do idioma vernáculo para bem retratar o pensamento e aformosear a expressão. Não deve ignorar os feitos brilhantes dos heróis do seu país para um dia incutir no coração de seus filhos o santo sentimento de amor a Pátria. Pode mesmo ter algumas luzes científicas e dedicar-se às belas artes, porque isso não lhe maculará a pureza de sua alma e será mais um atrativo e adorno a embelezar-lhe o espírito, porém o que não deve é seguir a carreira árdua da jurisprudência e medicina, porque nessas profissões há lances tão perigosos e terríveis que uns haviam de ferir-

⁷ Realidade perceptível pela grande e freqüente quantidade de anúncios sobre estas profissionais dirigindo-se às consumidoras destes produtos. Em relação à moda das mulheres das classes abastadas são significativas as matérias como a do jornal A Discussão de 17/08/1881, intitulada *A toilette das senhoras*, e a do jornal Correio Mercantil de 1º/06/1908 com o título: *O traje das mulheres casadas*. Ambas matérias traziam sugestões de como a mulher deveria vestir-se adequadamente considerando as estações do ano, o evento, a idade e o estado civil.

lhe a inocência e outros acobardar-lhe o ânimo (Progresso Literário, 25/02/1877).

Na mesma linha de pensamento o Correio Mercantil, em 28/04/1876, publicava sob o título *A mulher* um artigo opinativo, onde deixava explícito que a mulher pertence ao "mundo doméstico", argumentando inclusive que a instrução poderia atrapalhar o curso natural da vida. O trecho a seguir é interessante porque revelador dos valores da época:

(...)A mulher parece destinada pela própria natureza para formar o templo da felicidade doméstica. A sua simplicidade e ingenuidade tornam-se mais amável e interessante aos olhos do homem do que a sua ilustração e até se pode afirmar que perde tantos mais quilates de seus naturais atrativos quanto mais ganha com a arte de adornar os seus pensamentos. Assim é que a ciência mais útil das mulheres, como esposas e mães, é a que tem por fim o melhor arranjo da economia e costumes domésticos, a de agradar-lhe e fazer-lhe estimar de seus esposos e a dirigir com esmero os primeiros impulsos físicos e morais dos ternos seres, cuja primeira educação lhes é privada (Grifos meus).

A instrução feminina foi valorizada ao longo do século XIX - principalmente com a difusão das idéias positivistas - somente para que a mulher, sinônimo de esposa e mãe, cumprisse a função de educar e formar os seus filhos e prepará-los para serem os futuros cidadãos da Pátria. Educando a família, por extensão a mulher educaria a própria sociedade, já que a família era considerada a base e o sustentáculo de toda a ordem social.

Os ideais positivistas estavam, neste período, em ascensão no Rio Grande do Sul. Em Pelotas, entre alguns setores mais intelectualizados da sociedade, o positivismo teve uma larga influência. Foi sem dúvida na educação que estas idéias penetraram mais amplamente. A mulher, como educadora da família, ocupava um lugar de destaque no ideal positivista. Elomar Tambara (1991:121) afirma que:

"Uma constante no posicionamento positivista com relação ao ensino diz respeito à educação diferenciada ministrada a homens e mulheres. Isto é consequência da própria divisão sexual do trabalho proposta pela ideologia positivista, que atribua papéis sociais bem diferenciados entre os sexos. À mulher cabia, de modo especial, a função da educação afetiva, enquanto que aos homens atribua-se a função de trabalhar para o sustento da família".

A educação afetiva ou moral, pela qual a mulher era responsável, deveria ser ministrada no próprio lar, como uma primeira fase do ensino das crianças. Sendo assim, as mulheres deveriam ser preparadas para assumirem a

complexa tarefa de iniciar o processo de educação, entendido pelos positivistas como preparação para a vida.

Mas, contraditoriamente, mesmo com a difusão das idéias de valorização da instrução feminina, na prática isto não representou, de imediato, um efetivo avanço nas oportunidades educacionais das mulheres: as escolas masculinas continuaram sendo em maior número e muitas experiências educativas, especialmente ao longo da segunda metade do século XIX, foram voltadas apenas aos homens. Os cursos noturnos de instrução primária, o número reduzido das mulheres que ingressavam nos cursos superiores, o aumento do ensino médio para os homens, são exemplos desta afirmativa. É preciso considerar, portanto, que a valorização do ensino feminino veio acompanhada de alguns limites impostos pelas idéias vigentes na sociedade da época sobre os papéis femininos e masculinos. A idéia era mais *educação* para as mulheres do que propriamente instrução, e menos ainda a possibilidade de profissionalização. A educação feminina continuou, em alguns casos, circunscrita à esfera doméstica.

No entanto a mulher teria, pela função educadora da família e dos filhos, o poder de redimir a sociedade. Como mães e como esposas, as mulheres eram vistas como *potência civilizadora* (Perrot, op.cit.:168). A idéia da mulher redentora, responsável pelo destino da humanidade, permeava o pensamento de alguns segmentos da sociedade pelotense durante o século XIX. *Cuide-se da educação da mulher e ter-se-á resolvido o grande problema da perfeição social, pois é dela só que depende a felicidade humana*, defendia o Progresso Literário em 25/02/1877. A mulher guardiã da família, "construtora" da nova ordem social, educadora dos cidadãos do futuro passou a ser vista como "peça" importante na vida da sociedade. É necessário considerar que a sociedade brasileira, de um modo geral, vivia profundas mudanças políticas, econômicas, culturais e de relações de trabalho. Assim, a mulher foi vista, na sua atuação doméstica, durante toda a segunda metade do século XIX, como uma colaboradora importante na consolidação da nova ordem política - a República - e na construção de uma nova ética do trabalho. O fim do trabalho escravo exigiu das elites um esforço no sentido de associar ao trabalho a idéia de positividade, de ordem, de progresso.

O Correio Mercantil publicava, em 28/03/1878, uma matéria sobre a instrução dos escravos e escravas - que mais tarde serão libertos/as e precisarão de amparo moral em benefício geral, nas palavras do jornal - e dedicava espaço para discutir a educação das meninas:

A instrução dada à aluna deve, de tal sorte, ser transmitida que, mesmo nas classes pobres da sociedade, a menina tornada mulher, adquira conhecimentos que lhe assegurem um ascendente persuasivo e útil sobre aquele que venha a ser seu consorte, não só para o bom êxito da educação da prole, como para amenizar a vida conjugal, abrandando muitas vezes os costumes rudes e modos ríspidos, inerentes a certas profissões a que possam pertencer o companheiro de sua vida íntima, daí a felicidade da família que é o grande elemento do Estado.

A íntegra da matéria desenvolve-se sobre a educação dos libertos e libertas. Não é *qualquer* aluna, menina e mulher a que o fragmento da notícia acima faz referência, mas àquela mulher que logo seria liberta e cuja tendência (o que transparece pela lógica da matéria) era ligar-se a um também liberto. A preocupação revelada era com os destinos dos negros libertos. Eles eram considerados uma ameaça à ordem estabelecida, um perigo para a sociedade. Na visão das elites, precisavam ser controlados e dominados. As mulheres eram um caminho para que tal empreendimento tivesse êxito. Educando as mulheres libertas, educava-se os homens e os filhos. A sociedade estava salva!

Além disso, é possível perceber na matéria do Correio Mercantil o papel que a mulher deveria exercer em relação ao homem: conter os ímpetos masculinos. A mulher era entendida como o complemento necessário do homem. E tinha, no imaginário sexista da época, ao contrário do homem, uma personalidade mais dócil, contida, sensível, regrada, intuitiva, paciente, o que era fundamental para a harmonia do lar e equilíbrio da personalidade impetuosa e voluptuosa do homem. Para as mulheres - todas, independente da classe social- o pensamento vigente era o de que a educação deveria ser voltada para tornarem-se mães e esposas, capazes de exercerem *poderes* sobre o marido e os filhos. Poderes cotidianos e capilares, exercidos no âmbito doméstico⁸. Os próprios conhecimentos que as mulheres deveriam adquirir seriam para que se tornassem "uma companhia mais agradável e interessante ao homem" (Rago, op.cit.:63).

Se na casa a mulher era a guardiã do homem e dos filhos, educadora por natureza, era também "guardada" pelo homem. Sozinha, ela estava sujeita

⁸ Veja-se, por exemplo, o que afirmou Rocha-Coutinho (op.cit.) sobre o poder feminino, neste mesmo período: (...) "o processo de sentimentalização do espaço privado familiar, que confinou a mulher ao lar, outorgou também a ela uma nova forma de poder, um poder não sobre os bens patrimoniais ou a gestão econômica, mas sobre os bens 'simbólicos' dos filhos, uma vez que ela se torna produtora de sentido, nomeadora de seus atos e sentimentos, produtora de mandos e dúvidas. Este poder, por ser simbólico, não é menos opressivo" (p. 34).

a perigos dos quais seria incapaz de defender-se. Entre os documentos do Clube Abolicionista de Pelotas mantidos na BPP, um chama a atenção por se propor a discutir longamente a educação de homens e mulheres libertos/as. Afirma, entre outras coisas, que lançar os libertos no *seio da sociedade entregando cada um a seus próprios recursos*, para o homem não seria problemático, mas sim para as mulheres:

(...)seria altamente nocivo, pois que na sua qualidade de ente fraco e quase dependente da vontade alheia ficariam sujeitas aos imenso perigos que cercam a todas as de seu sexo que não tem apoio nem proteção natural (Dr. Adolpho Bezerra de Menezes, 1869).

Perpassava a idéia de que a mulher vivia sob um *estado infantil contínuo* (expressão de Augusto Comte, citado por Perrot, op.cit.:178); por isso a figura do homem era fundamental na sua vida. Ela, o "belo sexo", com sua sensibilidade, docilidade, meiguice, levaria o homem para um caminho "correto". Ele, por sua vez, com sua força, coragem, inteligência, astúcia, protegeria a mulher. Eram portanto, com suas características "naturais", complementares.

Se o discurso dominante na época era o da "vocação natural" da mulher para o lar e do homem para ocupar os espaços públicos, é claro que na prática algumas mulheres - e também alguns homens - rompiam com esta visão e com os padrões vigentes, quer pela forma como viviam, quer pela linguagem, pelos lugares que freqüentavam, pelos trabalhos que exerciam, pelas viagens que realizavam, pelas leituras que faziam, pelo que deixavam, muitas vezes, de fazer. Eni de Mesquita Samara (1993) desenvolveu um estudo onde apresenta, como algo relativamente comum, as mulheres chefes de domicílio no Brasil do século XIX. A autora argumenta que a historiografia recente tem identificado diversos perfis sociais das mulheres, "estabelecendo nitidamente as diferenças entre a norma e a prática social. De um lado o discurso oficial e as regras prescritas no sistema de dominação e, de outro, o cotidiano dos papéis sociais continuamente improvisados" (p.53). Algumas mulheres não aceitavam passivas a tarefa de conduzir o "templo da felicidade doméstica". Exerciam, também elas, poderes e resistências. Algumas porque tinham respaldo econômico, e portanto eram melhor aceitas; outras porque necessitavam - como é o caso das mulheres das camadas populares que circulavam nas ruas trabalhando como vendedoras, quitadeiras, lavadeiras - e portanto tinham um outro estilo e modo de vida do que aquele esperado para sua condição de mulher.

Circular pelas ruas, aliás, não era muito conveniente para as mulheres, especialmente sozinhas. A revista literária *Ilustração Pelotense*, em 1918,

mandava um recado para as moças, com o seguinte título sugestivo: *Podem as moças andar sós?* A resposta segue nestes termos:

Não há inconveniente algum em que uma senhorinha saia só pela manhã a fazer compras. A tarde também não há inconveniente, mas deve ter-se em consideração que de tarde há mais agrupamento e movimento. A essa hora é, pois, preferível não sair só.

A partir deste pequeno conselho é possível deduzir que era inadmissível que uma moça "de boa conduta" saísse de casa sozinha em alguns períodos ou lugares. É necessário considerar também que a rua era associada ao mundo masculino, e mais do que isto, associada ao vício, à vadiagem, à prostituição, à desonestidade. Rocha-Coutinho (op.cit.) também apresenta o mundo da rua como um mundo preponderantemente associado ao masculino. Diz a autora, referindo-se ao século XIX, que o mundo da rua era aberto incondicionalmente aos homens e que para as mulheres só era permitido em ocasiões especiais e, mesmo assim, se acompanhadas de um homem - pai, marido, irmão, padrinho -; "sem eles o espaço público era vedado à mulher, pelo menos àquelas que seguiam os padrões morais aceitos pela sociedade da época" (...) (p.85).

A partir destas considerações é necessário ressaltar que, conforme argumentou Louro (1995a) em recente trabalho, a construção dos gêneros "não se dá apenas pelos ensinamentos explícitos ou diretos" mas é "uma construção na qual está implicada toda a sociedade - com suas diferentes instituições, seus diferentes discursos, dispositivos e práticas" (p.173). Considerando a realidade da sociedade pelotense da virada do século é possível dizer que a educação feminina e masculina, ou seja, a aprendizagem de *ser homem* e de *ser mulher*, se dava, também e fundamentalmente, na própria forma de organizar e viver em sociedade.

Considerações finais: a favor de uma perspectiva de análise que aborde a vida de homens e de mulheres

É importante salientar, inicialmente, que a história das mulheres e sua evolução para a história das relações de gênero desencadearam, também, os estudos sobre os homens, despertando um crescente interesse pela masculinidade. Scott (1992) demonstra como, na constituição da história das mulheres como um campo de estudo, houve um processo que evoluiu do movimento feminista (da política) para a história e daí para gênero. Isto não significa linearidade, pois, como argumenta a autora, embora a história das mulheres esteja associada à emergência do feminismo, este não desapareceu,

e tampouco a introdução do conceito de *relações de gênero* excluiu o uso da denominação e da proposta, por parte de algumas pesquisadoras, de fazer *estudos de mulheres*. Não há, na evolução da área, exclusões, passagens determinadas temporalmente ou sucessões rígidas. O importante é perceber o que representou a trajetória da história das mulheres para a história das relações de gênero. Além de enfatizar gênero como construção social e cultural do masculino e do feminino, o conceito permitiu uma abordagem relacional. Scott (op. cit.) afirma que "não se pode conceber mulheres, exceto se elas forem definidas em relação aos homens, nem homens, exceto quando eles forem diferenciados das mulheres" (p.87). Ao introduzir o caráter relacional, o conceito de gênero permitiu pensar em "termos de diferentes sistemas de gênero e nas relações daqueles com outras categorias como raça, classe ou etnia, assim como levar em conta a mudança" (p.87). Foi no contexto destas discussões e da ampliação teórica desencadeada pelo conceito de gênero que os estudos masculinos conquistaram espaço. Robert Connel (1993), em seu instigante estudo sobre masculinidades na história do mundo, apresenta este mesmo argumento. Diz o autor de que não há dúvida que o desenvolvimento dos estudos atuais sobre a masculinidade se deve a dois fatores principais:

"primeiro, o advento da liberação da mulher no fim dos anos 60 e o crescimento da pesquisa feminista, (...); em segundo lugar - tão importante intelectualmente, embora de menor alcance prático -, foi o advento da liberação gay e o desdobramento da crítica de lésbicas e gays à heterossexualidade" (op.cit.:598).

Inicialmente áreas como a Sociologia, a Antropologia e a História enfatizaram em seus estudos, fundamentalmente, as experiências, as vivências e as práticas femininas. Na área da Educação não foi diferente. Os estudos sensíveis a estas questões analisaram, prioritariamente, a educação - formal ou não - das mulheres. Dos primeiros estudos sobre mulher e educação, muitos "foram realizados por pesquisadoras que também estavam envolvidas com a militância no movimento de mulheres", ou ainda por "solicitação de organismos nacionais e internacionais" (Fúlvia Rosemberg et.all. 1990:33). O objetivo era principalmente denunciar o caráter sexista, quer da sociedade brasileira, quer da escola e dos livros didáticos.

Natalie Davis, em 1975 (citada por Scott, 1990), chamou a atenção para a necessidade de fazer a história dos homens e das mulheres, principalmente considerando que um gênero existe em relação ao outro; logo, não é possível pensar a condição da mulher sem abordar a condição masculina e vice-versa. Davis afirmou:

"Penso que nós deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos trabalhar somente sobre o sexo oprimido, assim como um historiador das classes não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é compreender a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado histórico" (p.5).

Diante dessas questões, é conveniente perguntar-mo-nos se é possível falar numa teoria sobre relações de gênero. Embora inicialmente os estudos tivessem tido um caráter essencialmente descritivo, atualmente há, nas Ciências Sociais, um esforço no sentido de consolidar teoricamente os estudos de relações de gênero. Sobre isso, Louro (1994b:2) afirma que o conceito de gênero ultrapassou "a denúncia da opressão e a descrição das experiências/vivências femininas". Para Stolcke (op.cit.:103), depois da introdução do conceito de gênero, seguiu-se "o desenvolvimento da teoria de gênero, que não é desprovida de desacordos". Além disso, a autora considera que a teoria de gênero introduziu uma abordagem relacional aos estudos, o que significa que a expressão *relações de gênero* supõe que o tema não é restrito aos estudos femininos.

Barbieri (op. cit.) também analisa sob este aspecto a categoria gênero. Depois de afirmar que gênero é o reconhecimento de uma dimensão da desigualdade social até então não tratada, a autora reflete sobre as questões teórico-metodológicas envolvidas nos estudos de relações de gênero e aponta para a necessidade de, cada vez mais, desenvolverem-se estudos sobre os homens, como eles vivem e como imaginam que são as relações de gênero. Afirma a autora:

"Hasta ahora se pueden señalar importantes vacíos que deberán ser cubiertos para poder llegar a hablar propiamente de una teoría. Hay vacíos en los objetos de estudio, el principal a mi manera de ver es el mencionado acerca de la investigación y la reflexión que ha privilegiado a las mujeres y no ha generado información ni análisis desde la perspectiva masculina y de los varones" (p.42).

Alguns esforços neste sentido já estão sendo feitos. Os trabalhos de Robert Connel (1993, 1995), nos Estados Unidos, e de Robert Morrel (1994), na África, são exemplos de estudos que abordam a formação da masculinidade. Connel, em seu trabalho *The big picture: masculinities in recent world history*, (1993) faz um esboço da evolução histórica das formas de masculinidades hoje globalmente dominantes. Insistindo ao longo do texto que seu trabalho é apenas um esboço que contém hipóteses históricas, já que "o trabalho histórico sério sobre temas da masculinidade é extremamente

raro" (p.606), o autor conclui, entre outras coisas, que falar de "masculinidade" como uma entidade única, sem considerar as diferenças de espaço e tempo - ou seja, de culturas - é "cair no absurdo"(p.605). Connel argumenta que "a forma hegemônica de masculinidade geralmente não é única, e freqüentemente não é a mais comum" (p.610), por isso propõe que se fale em "masculinidades". Apresenta, ainda, várias formas de construção de masculinidades, passando pela China neo-confuciana, pelas sociedades em fase de industrialização e pela sociedade contemporânea euro-americana (não de forma linear), em uma tentativa de explicar a masculinidade hegemônica na atualidade. Connel trabalha com a hipótese de que "o imperialismo europeu e o capitalismo no mundo contemporâneo são ordens sociais marcadas pelo gênero, com dinâmicas de gênero tão importantes quanto as suas dinâmicas de classe" (p.606). O autor propõe a análise histórica da masculinidade como um dos temas fundadores para nossa compreensão da ordem mundial contemporânea, já que "os agentes da dominação global eram, e são, predominantemente homens" (p.606).

Já o trabalho de Morrel segue uma outra perspectiva de análise, uma vez que o autor discute, especificamente, a construção da masculinidade na escola, mais propriamente em escolas secundárias masculinas de alunos brancos, na África do Sul. As escolas analisadas por Morrel funcionavam em regime de internato e segundo ele, lá valores de gênero eram produzidos na interação dos garotos com os professores e entre os próprios garotos. Neste estudo, o autor constatou a existência de três "agrupamentos masculinos": a relação íntima entre dois garotos, a formação de pequenos grupos (os grupos de amizade) e as "gangs". Morrel concluiu, entre outras coisas, que "dentro destes grupos os garotos interpretavam, refletiam e mudavam a masculinidade hegemônica da instituição" (p.57).

No Brasil existem, ainda, poucos estudos que abordam a formação, as experiências, as vivências e as práticas masculinas. Embora não de forma sistemática, alguns estudos antropológicos têm demonstrado interesse pela temática (Ondina Fachel Leal, Denise Jardim, Bernardo Lewgoy, 1992, no Rio Grande do Sul). Também o psicólogo Sócrates Nolasco tem desenvolvido trabalhos sobre masculinidade. Publicou recentemente um livro intitulado *O mito da masculinidade* (1993). Nele o autor - fundador do Núcleo de Pesquisa sobre Comportamento Masculino, RJ - desenvolve principalmente a temática de como os homens são socializados. A partir de uma pesquisa com homens da classe média conclui, entre outras coisas, que eles são socializados de forma opressiva e tendo em vista um modelo de comportamento que valoriza a violência e a competição como atributos masculinos.

Estudos que privilegiem a formação da masculinidade em processos educativos formais - no processo de escolarização - recentemente vêm ganhando espaço na produção brasileira e merecendo atenção de pesquisadoras/es. Um trabalho que se propõem a analisar um tipo específico de construção de masculinidade é o de Louro (1995b), que analisa como a escolarização *produz sujeitos* - neste caso, sujeitos masculinos cristãos. Tomando o Guia das Escolas Maristas e entendendo-o como "um discurso pedagógico privilegiado" (p.2), a autora examina como estava prevista, nesta ação pedagógica, a formação de "bons cristãos e virtuosos cidadãos" (p.1).

Finalmente, e demonstrando que outros empreendimentos neste sentido devem ser encorajados, as pesquisadoras Fúlvia Rosemberg, Edith Piza e Thereza Montenegro, ao realizarem o levantamento *Mulher e educação formal no Brasil: Estado da arte e bibliografia* (1990), chamam a atenção para o fato de que "pouco sabemos das possibilidades de instrução em geral, para homens de diversos estratos e origem étnica" (p.27).

Assim, no campo da Educação, se impõem como necessários os estudos que, tanto dêem continuidade à análise do processo educativo das mulheres, como dirijam a atenção para a educação masculina. Em relação a escolarização é importante dizer que, além de se diferenciarem, muitas experiências educativas institucionais destinavam-se somente a homens ou somente a mulheres, especialmente as experiências no Brasil do século passado e início deste século. Por isso, a articulação *história, educação e relações de gênero*, privilegiando experiências, práticas e vivências dos *homens* e das *mulheres*, é uma temática importante, atual e necessária para a compreensão da História e, mais especificamente, da História da Educação brasileira.

Referências Bibliográficas:

Livros e Artigos:

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

- ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Um castelo no pampa: perversas famílias*. 3ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Um castelo no pampa: pedra da memória*. 2ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- BARBIERI, Teresita de. Sobre la categoria gênero: una introduccion teórico-metodológica. In: AZEREDO, Sandra e STOLCKE, Verena (Orgs.). *Direitos Reprodutivos*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1991.
- CONNEL, Robert. The big picture: masculinities in recent world history. *Theory e Society*. n.22, p.595-596, 1993.
- CONNEL, Robert. Políticas da masculinidade. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.20, n2, p185-206, jul/dez, 1995
- GUTIERREZ, Esther. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: UFPel, 1993.
- JARDIM, Denise. Espaço social e auto-segregação entre homens: gostos, sonoridades e masculinidades. *Cadernos de Antropologia*. Porto Alegre, n.7, p. 29-42, 1992.
- LEAL, Ondina F. O mito da salamandra do Jarau: a constituição do sujeito masculino na cultura gaúcha. *Cadernos de Antropologia*. Porto Alegre, n.7, p. 7-14, 1992.
- LEWGOY, Bernardo. Os cafés na vida urbana de Porto Alegre (1920-1940): as transformações em um espaço de sociabilidade masculino. *Cadernos de Antropologia*. Porto Alegre, n.7, p.61-80, 1992.
- LOBO, Elizabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LOURO, Guacira L. Educação e gênero: a escola e a produção do feminino e do masculino. In SILVA, Luiz Heron e AZEVEDO, José Clóvis. *Reestruturação curricular: teoria e prática no cotidiano da escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995a
- LOURO, Guacira L. *Produzindo sujeitos masculinos e cristãos*. Porto Alegre: 1995b. Texto mimeografado.
- LOURO, Guacira L. Porto Alegre - finais do século 19: normalistas e moças bem-comportadas. In: MAUCH, Cláudia (et.al.) *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1994a.
- LOURO, Guacira L. *Gênero: "uma categoria útil de análise histórica"? Desafios e desconfortos de uma proposta teórica*. Porto Alegre: 1994b. Texto mimeografado.
- LOURO, Guacira L. *Histórias da Educação no Rio Grande do Sul*. Projeto de Pesquisa, Porto Alegre: 1993. Texto mimeografado.

- LOURO, Guacira L. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. *Teoria e Educação*. Porto Alegre, nº 6, p.53-75, 1992.
- MENEZES, Adolpho Bezerra. *A escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-lá sem dano para a nação*. Rio de Janeiro: Progresso, 1869.
- MORREL, Robert . Boys, gangs, and the making of masculinity in the white secondary schools of Natal, 1880-1930. *Masculinities*. n.2, p. 56-82, 1994.
- NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar : a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 1, p.11-36, 1995.
- ROSEMBERG, Fúlvia, PIZA, Edith P., MONTENEGRO, Thereza. *Mulher e educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia*. Brasília: INEP, 1990.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. *História*. São Paulo, n. 12, p.49-61, 1993.
- SCOTT, Joan. Prefácio à Gender and Politics of History. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.3, p.11-27, 1994.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*. Porto Alegre, n. 2, p. 5-19, 1990.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20, p.101-119, 1991.
- SUÀREZ, Myrêia. *Desconstrução das categorias "mulher" e "negro"*. ANPOCS, Caxambu, 1992. Texto mimeografado.
- TAMBARA, Elomar. *A educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo*. Porto Alegre, UFRGS, 1991. (Tese de Doutorado).

Jornais e Documentos:

A Discussão	Àlbum Literário
A Reforma	Correio Mercantil
Diário de Pelotas	Diário Popular
Jornal do Comércio	Onze de Junho
Opinião Pública	Pervigil
Progresso Literário	Radical
Anais da Biblioteca Pública Pelotense	Atas da Biblioteca
Pública Pelotense	
Relatórios Manuscritos da BPP - 1884 - 1904	Ilustração Pelotense
Almanaque de Pelotas	